

Movimentos sociais: a nova rebelião da classe média

Elísio Estanque

Faculdade de Economia/ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Não basta apontar as causas socioeconómicas para compreendermos em toda a sua extensão o fenómeno dos movimentos sociais (MS), velhos ou novos. De facto, os MS sempre foram influenciados por fatores culturais e pelos espaços de sociabilidade onde – mais do que a mítica “consciência de classe” – se forjam as identidades coletivas propulsoras da ação coletiva. Foi assim com o movimento operário inglês no século XIX, onde, não só a fábrica mas também a vida de bairro e o convívio na taberna contribuíram para forjar a identidade da classe trabalhadora (E. P. Thompson, 1987). E o debate sobre os Novos Movimentos Sociais (NMSs), nomeadamente os que emergiram nos anos sessenta do século XX, trouxe novos contributos para a arena política e mostrou como a conflitualidade social nos países ocidentais não poderia mais ser entendida simplesmente à luz da velha teoria da “luta de classes”. Indo muito além da tradição teórica marxista, diversos autores propuseram novas concetualizações, entre as quais ganhou realce a de Alain Touraine, sugerindo que os MSs tinham em comum os seguintes princípios: 1. *identidade* – um sentimento de pertença a um coletivo; 2. *oposição* – a demarcação face a um adversário identificado); e 3. *totalidade* – a proposta de um caminho alternativo de sociedade (Touraine, 2006).

Se naquela altura os “novos” movimentos sociais apresentavam características desse tipo, hoje debatem-se com novas dificuldades: primeiro, porque possuem identidades mais difusas, mais voláteis e em parte fictícias, visto que são, em parte, estruturadas pelas redes sociais do ciberespaço; segundo, porque o adversário principal – sejam os mercados, o capital financeiro ou os 1% de muito ricos –, sendo mais global é também mais abstrato; e, terceiro, porque enquanto uma utopia alternativa como, por exemplo, a ideia de “um mundo melhor” e mais justo, é algo ainda bastante vago, que carece de sentido estratégico e de reinvenção ideológica. Daí que, embora reconhecendo o imenso potencial dos NMSs de hoje, dada a enorme incerteza e a dispersão de recursos mobilizáveis, seja difícil antever os seus efetivos impactos e

capacidade transformadora na sociedade (Cohen e Arato, 1994; Tilly, 1996; Laclau, 1996; Melluci, 2001; Santos 2005; Ribeiro 2006).

Apesar das inúmeras controvérsias que em geral suscitam na opinião pública, os movimentos sociais (e a contestação a que alguns se referem pejorativamente como “a rua”) foram e continuam a ser peças incontornáveis em todas as grandes ruturas e revoluções da história dos povos. Como sabemos, a sociedade industrial moderna – de cuja emergência a Inglaterra foi o principal palco ao longo do século XIX – só teve os desenvolvimentos civilizacionais que teve porque a classe operária das primeiras gerações se mobilizou e organizou em luta pela defesa de direitos sociais que o capitalismo selvagem, ontem como hoje, nunca quis reconhecer. Porém, se o movimento operário foi um movimento de uma classe, outras dinâmicas e formas de ação coletiva tiveram lugar, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, tendo como protagonistas outros segmentos e classes sociais. Enquanto o sindicalismo esteve historicamente vinculado ao operariado, os novos movimentos sociais (NMSs) dos anos sessenta, apesar de possuírem uma composição social muito mais heterogénea, podem mais facilmente ser conotados com a classe média. Obviamente que a conotação com a classe média não é tão óbvia como foi, cem anos antes, a base operária do movimento sindical. De resto, a própria noção de «classe média», além de ser uma noção central para a compreensão das sociedades ocidentais, é, e sempre foi, muito controversa (Estanque, 2003 e 2012).

A presente reflexão centra-se nas formas mais recentes de contestação coletiva, procurando situar o tema não apenas no plano sociopolítico mas também nas suas articulações com a história e no modo como recorre aos novos meios de comunicação em rede. Porém, é preciso reconhecer que o ciberespaço não é um mero instrumento. É um veículo potente, mas é mais do que isso. Exprime tendências inovadoras que interferem no discurso e alteram tanto as linguagens como os próprios conteúdos. Reconstroem as culturas juvenis de que, em grande parte, se alimentam os novos movimentos sociais.

Num momento em que as classes médias europeias, ou parte delas, se encontra à beira da rutura e do empobrecimento, vem a propósito reequacionar o seu papel, não enquanto conjunto homogéneo, mas enquanto segmentos que, embora tenham no passado depositado

expetativas positivas no sistema económico e nas oportunidades que o Estado social alimentou (em particular na Europa), também protagonizou experiências e lutas que ajudaram a mudar o mundo. Foi isso que sucedeu nos anos sessenta do século passado, pelo que pode fazer sentido, hoje, retomar o velho conceito de Frank Parkin quando ele se refere ao *radicalismo de classe média* (1968). O que se passa é que certas frações de classe – ou se preferirmos da classe média –, pela forma como se posicionam no quadro mais geral da estrutura social, se encontram em condições tais que, em contextos particulares, podem desencadear subjetividades coletivas marcadas por preocupações comuns e favorecer a ação coletiva (em aliança com outras classes ou frações de classe). Partindo destas referências, pretende-se com o presente texto refletir sobre a onda mais recente de movimentos sociais que, em diversos contextos e continentes, marcaram o debate público ao longo do ano de 2011.

O legado do maio de 68 e o papel da classe média

Os movimentos nascidos há cerca de cinquenta anos no Ocidente foram, sem dúvida, exemplos marcantes do papel ativo de uma camada da classe média, provavelmente a mais rica em capital cultural do que em capital económico. Na verdade é nela que poderão ser enquadrados quer a juventude estudantil quer os intelectuais, filósofos e artistas que animaram os NMSs dessa época. O facto de o ativismo dos estudantes universitários ter germinado num território então quase exclusivamente dominado pelos descendentes da elite dominante – a universidade – não deve retirar importância ao seu fantástico impacto transformador e progressista. Pode dizer-se que os padrões de gosto induzidos por esses movimentos, no plano estético, no vestuário, na música, nos interesses literários e intelectuais, na expressão da sexualidade, etc., não só alteraram o quotidiano e os modos de vida das gerações seguintes como incutiram na esfera pública e política novos repertórios e um novo sentido de cidadania ativa. A importância da chamada *crítica artística* (Boltanski e Chiapello, 2001) insere-se na dimensão *culturalista* que esses movimentos imprimiram, propondo novas leituras sobre o sistema capitalista, obrigando a democracia representativa a rever alguns dos seus procedimentos institucionais e modos de exercício do poder. Isto apesar de o movimento estudantil de Paris ter, no imediato, saído derrotado. É certo que as respostas que se seguiram no Ocidente – ou justamente por causa delas – comprovaram a enorme capacidade

regeneradora do capitalismo, mas não deixaram de abrir espaço a novos valores, de impor novas agendas políticas, dimensões e modalidades de ação coletiva e de exercício da democracia (Eder, 2001; Chauvel, 2006; Estanque, 2012).

Vale a pena lembrar que a mudança social ao longo do século XX – em particular nas sociedades europeias – foi geralmente pensada segundo perspectivas rivais. Correntes como o positivismo ou o marxismo, o conservadorismo ou o reformismo, o liberalismo ou a social-democracia, deixaram marcas na tradicional divisão entre esquerda e direita, muitas quais ainda hoje persistem. E sem dúvida que a perversão totalitária da experiência soviética não deixou de ser um fator decisivo nas controvérsias entre os marxistas e intelectuais europeus, quer no contexto das invasões da Hungria e da Checoslováquia, quer mais recentemente perante o desmembramento da URSS há duas décadas. Polémicas à parte, o certo é que na vida social concreta tanto as lutas coletivas e os movimentos sociais como as oportunidades individuais e a mobilidade social, suscitadas por um sistema com fronteiras de classe abertas, contribuíram para a mudança estrutural da sociedade e para o crescimento da classe média. Algumas *abordagens culturalistas* da sociologia contribuíram para que se olhasse pela primeira vez para a classe média num sentido positivo e não pejorativo, considerando-a como um estímulo e não como um travão para os novos movimentos sociais e a emancipação. O chamado *radicalismo de classe média*, pensado por referência aos movimentos estudantis dos anos sessenta (Parkin, 1968; Barker, 2008; Estanque e Bebian, 2007; Estanque, 2012) abriu um novo olhar sobre esta classe, e esvaziou os velhos argumentos do “individualismo” e do “emburguesamento” que ao longo de décadas obscureceram o significado sociológico e político destes segmentos. E hoje, à entrada da segunda década do século XXI, a realidade social veio uma vez mais por a nu algumas ideias-feitas a respeito desta classe. O tradicional preconceito segundo o qual a classe média é, acima de tudo, caracterizada pela sua *boa vontade cultural*, que tenta mimetizar os hábitos e modalidades de gosto das elites, mas que apenas consegue aproximar-se de pálidas imitações; a ideia do gosto em “pequeno” pautado pela ânsia de reequilibrar inconsistências de *status* e de uma obsessiva adesão à ordem vigente, parece revelar-se, nos tempos que correm, uma imagem no mínimo exagerada que precisa de ser revista.

É importante referir, a propósito ainda dos anos sessenta, que a sociedade portuguesa não estava evidentemente, como nunca esteve, sintonizada com os problemas dos países mais avançados da Europa. Por isso, quando os estudantes da Sorbone reclamavam mais democracia, direitos e liberdade sexual, num regime democrático consolidado, os portugueses lutavam pelas liberdades políticas mais elementares, pelo fim da guerra colonial e a queda do regime repressivo de Salazar. Nesse período não havia ainda lugar nem para os velhos nem os novos movimentos em Portugal. É claro que a classe média assalariada era, na sociedade portuguesa da época, praticamente residual. Os próprios movimentos estudantis e lutas académicas tinham, no essencial, como protagonistas os filhos das elites privilegiadas, o que não lhes retira o seu significado progressista (Estanque e Bebiano, 2007; Cardina, 2008).

Na Europa desenvolvida, a classe média “instalada” de há cinquenta anos foi a primeira geração beneficiária do *Welfare State*, mas, paradoxalmente, isso não a impediu de gerar uma geração marcada pela rebeldia. Foram, pois, os filhos dos setores “acomodados” que, de facto, erigiram a “juventude” em novo ator social, cuja irreverência cultural conduziu a importantes ruturas e a uma viragem política no Ocidente. Os NMSs semearam uma vaga de mudança de mentalidades disseminada a partir dos meios universitários (Barker, 2008). Mas, se em 1968 a luta do movimento estudantil (os porta-vozes da *crítica artística*; Boltanski e Chiapello, 2000) de Paris se esvaziou no momento em que se quebrou a aliança com os sindicatos e partidos operários (a chamada *crítica social*), na atualidade, os animadores da revolta juvenil já não se limitam à defesa de valores *pós-materialistas* (não por acaso as lutas da geração precedente foram sobretudo economicistas), antes se debatem com as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, ou com a crescente precariedade que lhes nega o acesso a um futuro decente e a um emprego digno. Mais, hoje já não são os estudantes de um lado e os trabalhadores do outro, mas sim todo um conjunto de segmentos sociais marcados pela incerteza e pela precariedade, que congrega na mesma corrente estudantes e trabalhadores recém-saídos das universidades, e ainda os mais diversos grupos de funcionários descartados, reformados precocemente e as vítimas dos processos de austeridade e de reestruturação do Estado social.

É neste quadro que estamos, ou seja, em condições particularmente propícias para criar uma aliança potencialmente “explosiva” entre o campo laboral e o universo estudantil (Estanque, 2008). Por isso, no atual contexto de descontentamento crescente, é importante perceber as linhas de estruturação dos novos sujeitos da rebelião, não com base nos mesmos pressupostos vanguardistas que animaram as gerações do passado, mas sim a partir das suas interconexões com o processo mais geral de mudança nas sociedades contemporâneas. Se os movimentos sociais do passado se mostraram tão inspiradores para incutir novos conteúdos e maior intensidade às democracias ocidentais, os NMSs do século XXI colocam na agenda novas formas de ativismo até há pouco desconhecidas. Mas a novidade e a rutura com experiências passadas não deixa de se conjugar com algumas linhas de continuidade.

Revoluções em marcha?

As convulsões sociais e as suas reivindicações podem ser – total ou parcialmente, direta ou indiretamente, no curto ou no médio prazo – absorvidas pelas instituições existentes (o que é comum e normal nas democracias consolidadas) ou abertamente reprimidas e contestadas pela ordem vigente (o que naturalmente é mais comum em regimes ditatoriais). Quer isto dizer que os movimentos sociais tanto podem obrigar a reformas político-institucionais importantes como culminar em ruturas e revoluções violentas.

De um modo geral, podemos falar em revoluções quando o aumento do descontentamento e da pressão popular caminha de par com o descrédito das elites ou oligarquias instaladas e ao mesmo tempo cresce uma nova classe (ou grupo organizado) com ambição e condições de alcançar o poder. Charles Tilly apontou três circunstâncias para que possamos falar em revolução: “(1) quando se desenrolam discrepâncias claras entre o que os Estados exigem dos seus cidadãos mais bem organizados e aquilo que os podem obrigar a fazer; (2) quando os Estados apresentam aos seus cidadãos exigências que ameaçam as identidades coletivas ou violam direitos ligados a essas identidades; e (3) quando o poder dos governantes diminui visivelmente perante competidores fortes (Tilly, 1996: 284). Por outro lado, os movimentos sociais podem ter um alcance político ou sociocultural de grande significado sem que daí resulte uma revolução. Há inúmeros exemplos de transições pacíficas de sistemas autoritários para regimes democráticos mas, como atrás enunciei, raramente isso acontece sem

a presença do povo nas ruas. A ação coletiva e os movimentos populares foram decisivos na vaga democrática dos países da Europa do sul nos anos 70 do século passado (Nunes, 2003; Freire, 2005), se bem que, como vimos, nas democracias consolidadas, mesmo quando os objetivos manifestos são derrotados, a mudança no plano cultural e dos valores pode ocorrer *a posteriori*, num processo menos perceptível que ocorre nos interstícios do sistema democrático (Goffman & Joy, 2007; Barker, 2008).

Em todo o caso, o modelo de Charles Tilly merece ser relativizado, já que os efeitos mais visíveis dos MSs podem esconder as suas dinâmicas mais profundas. Assim, considerando a contestação popular dos últimos tempos, é importante distinguir entre as situações que redundaram em viragens políticas abruptas (como as dos países árabes, onde o termo “revolução” será mais adequado) e aquelas em que (como no caso dos indignados ou dos «occupy») os protestos apenas revelam o descontentamento perante a crise, as desigualdades ou as medidas de austeridade. Convém além disso não esquecer que enquanto uma “revolução” política (mudança de regime, de políticas ou de governo) é geralmente mais rápida, a mudança de mentalidades, ou as viragens profundas no terreno cultural, ainda que possam considerar-se “revolucionárias”, desenrolam-se sempre num arco temporal mais longo e, por isso, são dificilmente perceptíveis no imediato. É nesse sentido que a análise sociológica dos movimentos sociais recentes carece ainda de maturação e aprofundamento.

O que se pretende, para já, é interpelar os elementos de ligação entre fenómenos muito distintos e distantes uns dos outros, quer no espaço quer no tempo. Como atrás referi, as experiências de luta coletiva da Europa do século XX continuam a ocupar um lugar central na memória coletiva das atuais gerações. Ao longo do último ano, o mundo assistiu a uma inesperada onda de rebeliões e movimentos que atingiu inclusive alguns países e culturas onde até há pouco era inimaginável qualquer ideia de mudança política. Não por acaso, a revista “Time” atribuiu à figura do “manifestante” o título de figura do ano. Um gesto simbólico que pode ser discutível, mas certamente não irrelevante, como em geral não são os símbolos e os meios de comunicação globais para a atual geração de ativistas.

A chamada Primavera Árabe revelou a um Ocidente surpreendido uma sucessão de movimentos nascidos do seio de regimes islâmicos extremamente repressivos, muitos deles

dando lugar a revoluções políticas, cujo desfecho ainda se desconhece, mas onde a ambição de liberdade e democracia são elementos fulcrais. É certo que a situação social e os contornos dos protestos ocorridos nesses países – Tunísia, Argélia, Egito, Jordânia, Síria, Líbano ou Líbia, onde pontificavam oligarquias corruptas e um poder fortemente repressivo – terem poucas semelhanças com a situação na Europa e no mundo ocidental não deixa ser real o efeito de contágio entre realidades que, mesmo muito distintas, estão expostas aos mesmos auditórios globais. E, mais importante ainda, a presença hegemônica de segmentos sociais jovens, familiarizados com os novos meios informáticos de comunicação. As próprias concentrações inserem-se em ciclos mais amplos de estruturação de contra-culturas, apoiados em ingredientes simbólicos e geracionais comuns a sociedades e continentes muito distintos.

Os protestos em curso parecem denunciar uma nova praxis política que deriva não só dos fatores estruturais e socioeconômicos mais amplos, mas também dos ambientes das periferias urbanas onde crescem quer a exclusão e a delinquência, quer a rebeldia social e a dissidência política. É, pois, na dimensão humana e afetiva, nas inúmeras vivências pessoais e experiências partilhadas – de conflito e de comunhão com “o outro” – que florescem os ingredientes constitutivos de mal-estar, mas ao mesmo tempo de sentido lúdico, tendentes a revelar a incapacidade da sociedade oferecer acolhimento e segurança aos grupos subalternos, sendo essas necessidades resultado da incessante busca de partilha, de descoberta e de reconhecimento enquanto atmosferas conviviais procuradas por milhares de jovens em milhares praças, como por exemplo na praça Tahrir no Cairo ao longo do ano de 2011 (Coelho, 2011). Segmentos particulares, minorias étnicas, culturas periféricas desrespeitadas, jovens que resistem a uma integração assética, a uma ordem por vezes vazia de humanidade, constituem uma diversidade de insatisfações que os empurra para a vivência da rua ocupada. Ainda que por períodos curtos, tais contextos instituem-se como espacialidades de emancipação e de encontro capazes de potenciar a mudança na sociedade. Jovens e menos jovens vivem estas “experiências coletivas de conflito”, como se fossem constituídas por ingredientes de uma violência difusa, com os seus intervenientes reduzidos a círculos sociais de frágil implicação prática no mundo, impedidos de se autogovernar a partir do seu interior “pela falta de uma ‘socialização’ na ‘estrutura de oportunidades’ que foram criadas” (Gadea, 2011: 94).

Ciberativismo transcontinental

Quando no dia 19 de Dezembro de 2010 o jovem tunisino Mohamed Bouazizi se imolou pelo fogo em frente ao município da sua cidade (Sidi Bouzid), em revolta contra a humilhação desferida pelas autoridades, confiscando-lhe os seus legumes e produtos que decidiu comercializar na sua carreta (sem possuir licença), ninguém imaginaria o poder de contágio desta faísca. Ela desencadeou uma rebelião que rapidamente se alastrou a diversos países e, em menos de um ano, já derrubou um conjunto de governos e em alguns casos deu lugar a revoluções e conflitos violentos. Com níveis de desigualdade social e de desemprego significativos (apesar dos índices de pobreza serem muito variados), aqueles países são ainda caracterizados por uma população extremamente jovem (mais de metade abaixo dos 25 anos) e com uma escolaridade elevada.

Contrariando um conjunto de estereótipos instalados desde o 11 de Setembro de 2001 (sobre a “guerra de civilizações” e o fundamentalismo islâmico) e pondo a nu a chacota sobre a “rua árabe” – onde segundo muitos círculos do Ocidente apenas era imaginável que se gritassem slogans fundamentalistas e anti-ocidentais –, as multidões indignadas desses países conduziram, com a ajuda das comunicações cibernauticas, ao desmoronamento de ditaduras. “No espaço de algumas semanas, o mito da passividade dos povos árabes e da sua inaptidão para a democracia voou em estilhaços pelos ares” (Gresh, 2011: 9). A Primavera Árabe mereceu uma enorme visibilidade global em blogues, jornais, televisões e redes sociais, apanhando toda a gente de surpresa, tanto mais que os objetivos desta onda de protestos eram, antes de mais, o derrube de tiranias e governos corruptos instaladas no poder desde há décadas. Numa palavra, os jovens líbios, egípcios e tantos outros lutaram por democracia e justiça social. Eram acontecimentos que pareciam até anacrónicos aos olhos de opiniões públicas ocidentais ainda perplexas. A aparente simpatia e vontade de assimilação de valores políticos do Ocidente, num momento em que as democracias ocidentais davam sinais de esgotamento e de perversão, não podia deixar de surgir perante os europeus como algo anacrónico. Com efeito, o contágio dos valores democráticos, o desejo de liberdade nos países árabes ocorreu precisamente num momento em que a Europa mergulhava numa terrível crise económica e financeira, colocando

em causa a solidez das democracias e ameaçando pôr fim ao *Welfare state* que tanto poder de atração exerceu sobre os povos do mundo.

A rapidez com que a informação se propaga e a visibilidade das imagens dos acontecimentos em tempo real exponencia o efeito mimético. Mas o rastilho só pega fogo quando contém suficiente pólvora e o material inflamável está presente. As causas sociais que subjazem às revoluções árabes não são obviamente as mesmas do descontentamento no mundo ocidental. No primeiro caso, a democracia política não existia e, no segundo, a mesma deixou-se perverter e revelou-se incapaz de se conjugar com democracia económica. A defesa da coesão social, antes assegurada pelo Estado social, está à beira do esgotamento. Convém todavia não esquecer que a Europa é um puzzle de peças extremamente desiguais e que não conseguem encaixar umas nas outras. Nas democracias mais tardias dos países do sul da Europa (Portugal, Espanha ou Grécia) as experiências históricas de autoritarismo de Estado deixaram marcas profundas pois a pulsão autoritária e o centralismo do poder político continuaram vivos até tarde (mesmo após a queda das respetivas ditaduras).

Com todas as suas particularidades, o Ocidente construiu as democracias liberais, mas os excessos do mercado, que a globalização neoliberal e o capitalismo financeiro espalharam pelo mundo atingiram nas últimas décadas tiveram efeitos devastadores, com a intensificação das desigualdades, do desemprego e de todo um conjunto de ameaças para a segurança e o bem-estar geral. Daí derivaram novas formas de contestação e de ativismo, sobretudo animadas pelas camadas mais jovens e escolarizadas, utilizando cada vez mais as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Desde a experiência de Chiapas do Exército de Libertação Zapatista liderado pelo mítico comandante Marcos que circulam no ar novos e irreverentes apelos à luta contra a globalização hegemónica (Santos, 2005 e 2006). As manifestações de Seattle em 1998, interpelando a cimeira da Organização Mundial do Comércio (OMC) e protestando contra o neoliberalismo, as agressões ambientalistas e a expansão da miséria no mundo, centenas de ONGs e movimentos sociais concentraram-se naquela cidade americana – fazendo uso, pela primeira vez de forma massiva, da internet –, mostraram que a cidadania e o ativismo transnacionais podem ter uma voz, e possuem meios de a fazer ouvir. A democracia participativa afinal não tinha morrido,

antes podia ser reinventada. Foi a abertura de um novo ciclo de protestos, que iniciou a chamada “alterglobalização”, reunindo um vasto conjunto de organizações e recorrendo aos meios informáticos e à internet como o principal veículo de articulação e de denúncia. O ciberativismo entrou nos hábitos de movimentos e militantes das novas gerações. As múltiplas iniciativas do Fórum Social Mundial, promovidas em vários continentes após o encontro de Porto Alegre (em 2003) sob o lema de que “um outro mundo é possível”, afirmaram uma nova agenda contra-hegemónica e deram expressão a novas correntes e movimentos sociais emancipatórios funcionando em rede (Santos, 2005; Ribeiro, 2000).

Os MSs podem sair do palco durante largos períodos, mas as sementes das experiências passadas funcionam muitas vezes como gérmens que renascem de tempos a tempos. Ou seja, a memória tende a erigir-se em património inspirador e enriquecedor de cada novo ciclo de contestação. Os acontecimentos de Dezembro de 2008 em Atenas e noutras cidades gregas (tal como na Tunísia, igualmente despoletados após a morte de um adolescente pelas forças policiais) revelaram as tensões instaladas no país desde o tempo da ditadura. Ao longo da reestruturação neoliberal, “... na erupção de dezembro de 2008 e durante as ruturas anteriores, esta disposição do social em relação à sua abstração política (representação e estado) não foi articulada numa alternativa social coerente. Foi articulada como um violento ‘realinhamento’ não direcional (ou melhor multidirecional) do político com os territórios sociais das estruturas previamente desmanteladas, forçadas a isso ‘pela rua’” (Giovanopoulos e Dalakoglou, 2011: 111). A partir daí, os protestos na Europa não mais pararam. Com conteúdos políticos variados e diferentes doses de violência, o radicalismo político e a delinquência facilmente se misturam. Mas o barril de pólvora das minorias urbanas excluídas pode transferir-se de uns países para outros. Por exemplo, os conflitos de 2005 em França não são totalmente alheios aos de 2011 em Londres. Em 2009 e 2010 o movimento estudantil contra o modelo de Bolonha assumiu algum radicalismo em algumas cidades espanholas como Valência e Barcelona questionando a orientação mercantilista do novo modelo de organização dos programas universitários, o risco de esvaziamento da universidade pública e, no fundo, a formatação deste modelo segundo uma lógica global ditada pelos interesses do capitalismo global (Santos, 2004 e 2011).

Indignados e acampadas

Não é apenas uma questão de dívida pública ou um problema de desequilíbrio das contas com o exterior por parte dos chamados “PIGS” (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha), como no início da crise e até recentemente pretendiam as economias mais poderosas do euro. Os cidadãos possuem hoje acesso mais fácil à informação e apercebem-se que as desigualdades sociais se intensificaram e que alguns sectores mais ricos não só são poupados pelos governos como inclusive tiram proveito da crise. E os jovens, estudantes, precários, bolseiros e recém-licenciados assumem aqui um protagonismo decisivo. A brutalidade da crise e a discricionariedade com que os governos europeus descarregam os sacrifícios sobre os trabalhadores, a classe média e os funcionários públicos, poupando escandalosamente a banca, as elites económicas e os especuladores de todos os tipos, só podem contribuir para fazer aumentar os sentimentos de revolta. As “Acampadas” da Plaza del Sol em Madrid, e em diversas cidades de Espanha que se seguiram no mês de Maio – M15M – recuperaram alguns dos contornos do M12M português (a “Geração à Rasca”), exigindo melhores empregos, mais justiça na distribuição da riqueza e mais democracia. Da “Democracia Já” aos “Indignados”, passando pelos “Occupy Wall Street”, os objectivos e as frases exibidas perante a imprensa espelham não só a enorme heterogeneidade dos participantes como a própria indefinição dos seus objectivos. Em todo o caso, a utopia, o idealismo, o sonho, o radicalismo e a enorme variedade de “exigências” e ambições, umas mais legítimas do que outras sempre acompanharam os movimentos juvenis. Nisso, a segunda década do século XXI não parece diferir muito da dos sixties. Nas “Acampadas” da Puerta del Sol podem ver-se diversas propostas dos indignados: *política real já!, que no, que no, que no nos representan; Spain is different, not indifferent; ni cara a ni cara b: queremos cambiar de disco; Ellos son el capitan, Nosotros somos el mar; me gustas democracia, pêro estas como ausente; me sobra mucho mês al final del sueldo; violência es cobrar 600 euros* (Velasco, 2011).

“Os objetivos podem ser incoerentes, mas as suas ligações são claras. Os protestos que se reuniram em mais de 900 cidades e pelo menos 80 países ao longo dos últimos dias clamaram por poucas exigências práticas, e em alguns casos evitaram até apresenta-las. Os participantes favoreceram o geral em detrimento do particular. Eles acreditam que a necessidade é mais importante do que a ganancia. Eles preferem as decisões por consenso,

desconfiam das elites e sentem que os custos e os ganhos são injustamente repartidos. Para além disso, o horizonte é nebuloso.” (*The Economist*, 22/10/2011, p. 70). Esta passagem sintetiza bem a diversidade de objetivos e de motivações que moveram os milhões de indivíduos que no dia 15 de outubro de 2011 se mobilizaram numa ação inédita de cariz global que se espalhou por todos os continentes.

É neste ponto que poderemos situar o carácter mais inovador dos atuais MSs. Operando através das redes sociais e atingindo círculos sociais “dissidentes” que estão muito para lá dos “núcleos duros” que em cada contexto se assumem como os *pivots* da mobilização, trata-se de grupos bastante fluídos e voláteis, que passam e circulam, como elos de uma cadeia transmissora de energia e potenciadora de uma dinâmica, de uma linguagem em que de contestação – a radicalização do discurso exalta o sentido do “conflito” e dos antagonismos, «os outros 1% contra o ‘nós’, os 99%!!» – constitui o principal ingrediente aglutinador, mas a componente plástica, as tonalidades e os sons, o vestuário exótico, a emulação de um mártir, o *slogan* criativo, a linguagem radical, num quadro de cores mais ou menos exuberantes revelam ao mesmo tempo o lado festivo, lúdico e catártico das manifestações (onde de facto é patente a dinâmica juvenil, embora atraia outras camadas etárias). Como dizia um membro dos indignados em Madrid, «Tenho 57 anos. Hoje, por fim, parece que tenho 17! Adiante: isto é de todas!». Isto mostra como, apesar das consequências aparentemente inócuas das concentrações, a própria experiência da rebeldia, mesmo que pontual, pode assumir do ponto de vista do indivíduo um carácter profilático, o qual, só pode fortalecer a afirmação do sujeito e do cidadão. E é com isso, e não com resignação e medo, que a própria democracia se pode revigorar.

Particularidades de Portugal

Em Portugal, com o 25 de Abril de 1974 e o contexto de agitação política que se lhe seguiu, os movimentos sociais foram marcados pela dinâmica do campo laboral e pela linguagem da luta de classes, levando a que a juventude e os estudantes a disseminarem-se entre as diversas ideologias de esquerda e extrema-esquerda, com a ideia da “vanguarda operária” no horizonte. Seguiu-se depois, a partir dos anos oitenta do século passado, um período de escassa contestação juvenil, que evoluiu do ativismo anterior para um maior

individualismo e indiferença, tendência esta que só recentemente, perante as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e o crescimento da precariedade, começou a dar sinais de inversão (Estanque e Bebian, 2007; Cardina, 2008).

As causas dos MSs são sempre múltiplas e a proximidade dos acontecimentos impede-nos por vezes de uma análise mais sistemática e detalhada. Mas, é necessário procurar entender a vaga de contestação em curso (em muitos aspetos pode dizer-se que 2011 foi apenas o início de uma tendência que se vai agravar) inserindo-a no quadro histórico e socioeconómico que se vive na Europa e no mundo. Precisamos sempre da variável histórica para entender o presente. No ciclo de contestação que hoje atinge o Ocidente, as razões de fundo inscrevem-se sobretudo em fatores relacionados com a crise e com a profunda metamorfose que o mundo laboral sofreu nas últimas duas ou três décadas. No contexto europeu, mais do que noutros continentes – justamente porque aqui a memória coletiva tem ainda bem presentes as conquistas do Estado-providência do século XX –, entrámos numa vertigem de retrocesso e de quebra brusca de expectativas que incide com particular violência sobre as gerações mais jovens e qualificadas e sobre a classe média, ou seja, exatamente aquelas setores em que mais recursos públicos foram investidos e mais promessas de emancipação foram depositadas.

Por um lado, assistimos nos últimos anos a enormes mobilizações sindicais, animadas sobretudo por setores do funcionalismo público e do campo educativo, com duas greves gerais no espaço de um ano, convocadas por ambas as centrais sindicais CGTP e UGT (habitualmente rivais). Por outro lado, a multiplicação de movimentos “precários” que animaram o debate público, contestando a ausência de oportunidades de acesso a um emprego digno, depois de terem investido em carreiras académicas nas universidades. Os “Precários Inflexíveis”, os “FERVE – Fartos d’Estes Recibos Verdes”, os “Intermitentes do Espetáculo”, os “MayDay”, são exemplos de vozes desalinhas, de uma dinâmica de irreverência mais vasta, em larga medida apoiados no chamado “ciberativismo”, que hoje se têm sintonizado com outros grupos e movimentos como as “Acampadas”, os “Indignados” e mais recentemente os “Occupy Wall Street”, dinâmicas que se multiplicam pelo mundo como aconteceu no passado dia 15 de Outubro, numa admirável demonstração de vitalidade, de eficácia das redes sociais e do ciberespaço e de imaginação irreverente da atual geração.

A grande manifestação da “Geração à Rasca”, do dia 12 de Março de 2011 (batizado de M12M), convocada por um pequeno grupo de jovens através da rede social do Facebook, ganhou um impacto sem precedentes e apanhou de surpresa a generalidade dos observadores. Cerca de 300 mil pessoas desfilaram pelas cidades portuguesas, na sua maioria na capital. “Precários nos querem, rebeldes nos terão!” foi um dos *slogans* mais gritados. Note-se que, apesar da dinâmica juvenil dos protestos, a composição social dos manifestantes foi marcadamente heterogénea, podendo observar-se desde cidadãos mais idosos, frustrados com as promessas emancipatórias da revolução de Abril de 1974, até pessoas de meia-idade desempregadas com os encerramentos e deslocalizações de empresas, os descartados da reforma da administração pública, pessoas adultas e famílias inteiras asfixiadas por prestações de empréstimos à habitação, etc. O descontentamento face aos partidos e a democracia representativa era bem visível: “O povo unido não precisa de partido!” foi outro dos *slogans* gritados na avenida da liberdade.

Entretanto, convém recordar que, desde há pelo menos duas décadas, os jovens saídos das universidades portuguesas deixaram de ser apenas os filhos dos papás que tinham à sua espera um emprego garantido (Estanque e Nunes, 2003). Como mostrou um estudo recente, houve uma profunda recomposição das origens de classe dos estudantes do ensino superior, com os filhos da classe trabalhadora a representarem hoje cerca de 30% (Estanque e Bebiano, 2007). Por outro lado, desde os anos oitenta que assistimos a uma viragem nas atitudes e subjetividades da juventude portuguesa. Inquéritos aplicados aos estudantes da Universidade de Coimbra mostraram que até há cerca de cinco anos atrás as orientações “sociocentradas” diminuíram em relação às orientações “autocentradas”; mas, nos anos mais recentes, o sentido de um quotidiano lúdico e consumista começou a perder terreno em relação a práticas e subjetividades mais socialmente empenhadas.

O problema de fundo é que embora a abertura no acesso ao ensino superior fizesse supor uma renovação do tecido empresarial e do mercado de trabalho, isso não se confirmou. Pelo contrário, o que parece claro é que o agudizar das dificuldades de ingressão profissional fez com que, num primeiro momento, se apostasse tudo na solução individual e no estudo afincado (lado a lado com o aumento do sentido consumista), mas nos últimos três ou quatro

anos, quem conviveu diariamente com os jovens sentiu que se aproximava uma viragem, isto é, à medida que o desespero alastra muitos estudantes parecem ganhar consciência de que o problema é da sociedade. Associado a isto estão também os efeitos do Processo de Bolonha. Com o forte aumento das pós-graduações, a população universitária tornou-se cada vez mais heterogénea (quer na composição social quer em termos etários), aproximando os mais jovens de muita gente com experiência laboral (alguns optaram por prosseguir os estudos como forma de adiar o problema do emprego), o que contribuiu para reposicionar a população estudantil do ensino superior numa zona de fronteira com o tecido económico, na qual se cruzam o mundo universitário e a esfera do emprego (isto é, a terrível batalha por um emprego precário e mal pago). Ora, se a isso somarmos o aumento da instabilidade entre os que já se inseriram no mercado de trabalho (despedimentos, reconversões, carreiras interrompidas, reformas compulsivas, falências, etc.), é possível compreender as implicações resultantes de um universo marcado pela crescente mobilidade (saídas, transições, entradas, interrupções), que se organiza em redor da universidade dando lugar a um conjunto de experiências capazes de se reverterem em força de pressão (sobretudo perante um campo profissional incapaz de dar vazão a todo esse caudal de recursos e de expectativas). É, em boa medida, por essa razão que uma potencial “aliança” entre movimentos juvenis e estudantis, de um lado, e movimentos laborais precários, do outro, se afigura como um cenário muito provável e capaz de engrossar a conflitualidade social (Santos, 2011).

Conclusão

Em conclusão, tornou-se trivial constatar a incapacidade das elites políticas europeias em assegurar a sustentabilidade do modelo social europeu, que em larga medida se renderam ao poder dos mercados e dos especuladores. Sem dúvida que a globalização neoliberal e os grandes interesses da economia financeira obedeceram a uma estratégia cujos efeitos sociais estão a ser devastadores, desestruturando profundamente a esfera do emprego, retirando ao trabalho uma parte substancial do seu valor e esvaziando-o da sua função integradora, de garante da coesão social. E o ensino superior público, cada vez mais estrangulado em termos financeiros, debate-se hoje com o risco de falhar rotundamente a reestruturação em curso, ao abrigo do Processo de Bolonha, uma vez que se tornou impossível assegurar os recursos

necessários ao cumprimento das orientações que estão na sua origem, o que deixa pelo menos a suspeição de que os verdadeiros motivos que guiaram este programa foram, tal como no campo laboral, ditados pela agenda neoliberal.

Se juntarmos a isso o contexto de austeridade, de depressão económica e de ausência de perspectivas em que estamos mergulhados, não é de estranhar que, como tem sido revelado por sucessivos inquéritos internacionais, quer em Portugal quer no conjunto dos países da União Europeia, os cidadãos evidenciem uma crescente desconfiança e descontentamento perante a vida, perante as condições de trabalho e o funcionamento das instituições democráticas, com destaque para os governos e a esfera política em geral. A apreensão coletiva e a insatisfação incidem sobretudo no domínio dos serviços públicos e em especial nos sectores da saúde e da educação, ou seja, é o risco de desmantelamento iminente do Estado social que está em causa. Daí que, perante a crescente perversão dos atores políticos tradicionais os cidadãos europeus, designadamente os seus segmentos mais esclarecidos, procurem outras formas de mostrar a sua indignação, nomeadamente intervindo cada vez mais nas redes sociais e usando os novos meios informáticos de comunicação para canalizarem o seu descontentamento e manifestarem o seu protesto.

Apesar da sua enorme dispersão, é importante pôr em evidência alguns dos traços que os NMSs possuem em comum: a) o facto de se demarcarem das estruturas políticas e sindicais tradicionais; b) de darem primazia às novas redes sociais virtuais e ao ciberativismo da comunicação informacional; e c) de serem fortemente animados por dinâmicas juvenis (e segmentos qualificados) apesar de envolverem uma diversidade de setores e camadas etárias. Para além disso, o significado sociológico e o potencial sociopolítico das suas ações prende-se com a estreita interdependência que revelam, quer com a esfera laboral e as metamorfoses que a mesma vem sendo sujeita, quer com as estruturas sociais mais amplas da estratificação, em especial as classes médias e as ameaças de “proletarização” que sobre elas recaem na atualidade.

Seja como for, torna-se evidente que o quadro social a que nos habituámos na segunda metade do século XX perdeu sentido. Estes novos segmentos recusam o regresso ao velho "trabalhismo" e a antiga matriz da social-democracia europeia desfez-se no ar, ou seja, apagou-

se a miragem de um sistema meritocrático e de uma sociedade atomizada e consumista com que sonhou o liberalismo. Deste modo, a realidade da luta de classes, anestesiada durante a vigência do Estado social, renasce agora em novos moldes. Por um lado, assistimos à ascensão de uma *sobreclasse* global que multiplica tanto mais a sua riqueza quanto mais estreita for a camada considerada (dos mais ricos dos ricos); por outro lado, o cenário destrutivo que fica atrás de si – em todos os continentes, mas sobretudo no hemisfério Sul – reflete os destroços da velha classe operária, substituída agora pelas *subclasses* locais, impotentes e escravizadas.

Ninguém sabe ao certo quais serão os novos sujeitos que animarão a luta de classes do futuro. Mas faz sentido admitir que os jovens precarizados e altamente qualificados que ao longo do último ano animaram uma sucessão de movimentos sociais, enfrentando o *status quo* (em diversas latitudes, setores descontentes e vítimas da atual fase de reconfiguração metabólica do capital) venham a engrossar a escalada do conflito e impor novas dinâmicas de ação coletiva. Seja qual for o resultado, estes fenómenos sinalizam uma viragem importante quer nas modalidades da contestação, quer nos discursos e nos protagonistas. A onda de MSs de 2011 revelou-se como uma enorme variedade de vozes desconexas e é impossível prever quais serão as suas consequências futuras ou o eventual desfecho de uma possível radicalização do descontentamento. Ele pode mesmo vir a alimentar novos projetos autoritários e populistas. Mas um outro cenário, com potencialidades emancipatórias é igualmente possível. *O Precariado* – de que fala Guy Standing (2011) –, mais do que um "estado" ou um "segmento", é *um processo* ou um *sujeito em formação*, capaz de se tornar uma nova *classe-para-si*, embora não constitua uma "vanguarda" no sentido clássico (nem pretenda ser uma "réplica" do proletariado do século XIX). Trata-se uma ampla camada de pessoas com trajetórias muito diferenciadas, desde os setores em declínio da classe média assalariada a frações do velho operariado, grupos excluídos, desempregados, minorias migrantes e novos segmentos juvenis da força de trabalho precária e hiperexplorada.

A extração de mais-valia deixou de ocorrer através do trabalho excedente do operário fabril para ocorrer à velocidade cibernética em que opera o atual capitalismo financeiro, usando e multiplicando o dinheiro, juros, ações e capitais circulantes, os principais lubrificantes do seu enriquecimento supersónico. A fatura está sendo paga sobretudo pela classe média

endividada e empobrecida (em especial nos países da periferia da Europa), pelos desempregados, pelos trabalhadores ainda no ativo e pelos reformados e pensionistas. O trabalho a preço de saldo, as novas sujeições alimentadas pelo sistema produtivo global e a extinção do "emprego" são o maior ataque à classe trabalhadora europeia dos últimos 60 anos, e isso não é senão a mais violenta expressão da luta de classes do mundo de hoje.

De novo, os movimentos sociais reaproximam-se do mundo laboral e do retrocesso que lhe está a ser imposto no Ocidente. O trabalho, enquanto esfera central de coesão e integração social, tornou-se o alvo principal da regressão social em curso no contexto de crise e austeridade que se abate sobre a Europa. Por isso mesmo deverá continuar a ser esse o elemento aglutinador que pode reunir gerações e lógicas de mobilização tradicionalmente divorciadas, tais como o movimento estudantil e os movimentos sociolaborais. A conexão entre o mundo universitário e o campo laboral pode vir a fornecer a chave para a compreensão dos atuais e futuros movimentos juvenis. E é na luta pelo direito ao trabalho e, através dele, na luta pelos direitos sociais que poderá fazer confluir o campo sindical com as redes de precários e indignados que proliferam no país, na Europa e no mundo. Mas, um tal cenário não poderá deixar de admitir que a dissidência perante o sistema democrático esconde a frustração dos setores da classe média que perderam as ilusões nas promessas de meritocracia e na eficácia das instituições.

Referências

- Barker, Colin (2008), "Some reflections on student movements of 1960s and early 1970s", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, p. 43-91.
- Boltanski, Luc; Chiapello, Ève (2001), *Le Nouvelle Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Cardina, Miguel (2008), *A Tradição da Contestação*. Coimbra: Angelus Novus.
- Chauvel, Louis (2006), *Les Classes Moyennes à la Derive*. Paris: Seuil.
- Choen, Jean L.; e Arato, Andrew (1994), *Civil Society and Political Theory*. London/ Cambridge-Mass: MIT Press.
- Coelho, Alexandra Lucas (2011), *Tahrir: os dias da revolução*. Lisboa: Tinta da China.
- Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class — Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. Londres: Sage.
- Estanque, Elísio (2012), *A Classe Média. Ascensão e Declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos/Relógio d'Água.

- Estanque, Elísio; Nunes, J. Arriscado (2003), “Dilemas e Desafios da Universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66.
- Estanque, Elísio; Bebiano, Rui (2007), *Do activismo à indiferença. Movimentos estudantis em Coimbra*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Gadea, Carlos (2011), “As experiências coletivas do conflito”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 92, março, 2011, p. 75-98.
- Giovanopoulos, Christos & Dalakoglou, Dimitris (2011), “From ruptures to eruption: a genealogy of the December 2008 revolt in Greece”, in Vradis, Antonis and Dimitis Dalakoglou (eds.), *Revolt and Crisis in Greece: between a Present Yet to Pass and a Future Still to Come*. London: AK Press & Occupied London, p. 91-114.
- Goffman, Ken; Joy, Dan (2007), *Contracultura Através dos Tempos*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Gresh, Alain (2011), “O que muda com o despertar árabe”. Dossier 06 «O Despertar do Mundo Árabe», *Jornal Le Monde Diplomatique – Brasil*, ano 1, Julho-agosto 2011.
- Laclau, Ernesto (1996), *Emancipation(s)*. London: Verso.
- Melucci, Alberto (2001), *A Invenção do Presente. Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas*. Petrópolis: Vozes.
- Nunes, Filipe Abreu (2003), “Transição e consolidação democráticas: síntese de leituras sobre o caso português”, *Revista Penélope*, nº 28, p. 107-131.
- Parkin, Frank (1968), *Middle Class Radicalism*. Manchester: Manchester University Press.
- Ribeiro, Gustavo Lins (2000) “Política Cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual”, in Alvarez, S.; E. Dagnino; A. Escobar (eds.), *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 465-502.
- Santos, Boaventura de Sousa (2004), *A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa (2005), *Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2011), *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Editora Almedina.
- Standing, Guy (2011), *The Precariat: the new dangerous class*. Londres: Bloomsbury.
- Thompson, E. P. (1987) *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tilly, Charles (1996), *As Revoluções Europeias 1492-1992*. Lisboa: Presença.
- Touraine, Alain (2006), “Na fronteira dos movimentos sociais”, *Sociedade e Estado*, 21(1), p. 17-28.
- Velasco, Pilar (2011), *NO nos Representan. El manifesto de los Indignados en 25 Propuestas*. Madrid: Ediciones Planeta Madrid.